

# 2025

Coleção  
**Legislação  
Coordenada**

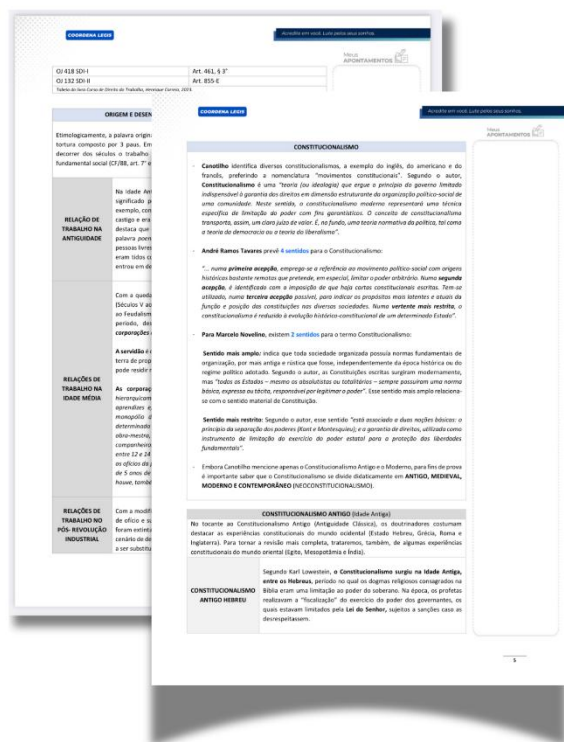
# LINDB

## *Coordenada*

- ✓ *Leitura mais agradável da lei seca;*
- ✓ *Tabelas com o essencial da doutrina;*
- ✓ *Súmulas do STF/STJ embaixo dos artigos correlatos;*
- ✓ *Maior espaço lateral para apontamentos pessoais;*
- ✓ *Informativos do STF/STJ embaixo dos artigos correlatos;*
- ✓ *Atualizações durante 6 meses.*

**COORDENA LEGIS**

# Estudo otimizado da legislação!



## LEI SECA SEMPRE ATUALIZADA E ORGANIZADA

Estudar com um material atualizado e organizado é fundamental para estar sempre atento às novidades legislativas.

## JURISPRUDÊNCIAS EMBAIXO DE CADA ARTIGO CORRELATO

Nossa Equipe **não brinca em serviço!** Sabemos que as bancas têm cobrado muita jurisprudência nos principais concursos do País. Com nossas Legislações Coordenadas, você encontra as decisões mais importantes organizadas embaixo de cada artigo correlato.

## TABELAS ESQUEMATIZADAS COM O MELHOR DA DOUTRINA

Nossas tabelas vão além do básico. Com elas, você revisa os pontos mais importantes da doutrina, com adequada profundidade e sempre de forma objetiva.

## ESPAÇO LATERAL RESERVADO

Quer fazer anotações no seu material? Utilize o espaço lateral especialmente reservado para você. Complemente sua legislação da maneira que você achar melhor.

## 6 MESES DE ATUALIZAÇÕES GRATUITAS

Nossos materiais são atualizados periodicamente. É só acessar sua Área do Aluno e baixar a versão mais atualizada do PDF.



**⚡ IMPORTANTE ⚡**

- Os artigos mais importantes para concursos públicos estão indicados com um “ ⚡ ”. Todos são campeões de incidência (isso inclui respectivos incisos, parágrafos e alíneas). **Priorize** esses dispositivos, mas não deixe de ler os demais.
- Do art. 20 em diante, **consideramos muito importante** uma leitura bem atenta de todos eles, pois são normas relativas ao regime de direito público, introduzidas em 2018. **As bancas têm cobrado muito!**
- Para tornar o estudo da lei seca e das jurisprudências **mais ativo**, nós não inserimos muitas cores no material. Em vez disso, a gente destaca os termos principais com **um simples negrito**, permitindo que **você mesmo insira as suas cores prediletas** de marca-texto. Hoje em dia, inclusive, já existem diversos app que permitem a edição de seu material no próprio tablet.
- Nós não inserimos grifos de forma indiscriminada (trechos muito longos), como alguns materiais por aí costumam fazer. Existem aqueles que “grifam”, “sublinham”, “negritam” frases quase inteiras, artigos inteiros etc., **banalizando a arte de grifar**. **A virada de chave** está em destacar **palavras e termos específicos**, para ajudar na hora de **memorizar por associação**.

## O QUE É A LINDB?

- Ainda no ano de 1942, o Decreto-lei 4.657/1942 estabeleceu a Lei de Introdução ao Código Civil (LICC). Em 2010, por meio da Lei nº 12.376/10, a antiga Lei de Introdução ao Código Civil (LICC) mudou de nomenclatura, passando a se chamar **Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB)**. Foi uma alteração formal, para adequar o nome do diploma normativo à atualidade.
- Luciano e Roberto Figueiredo afirmam que a LINDB é *“uma norma jurídica autônoma, independente, não sendo um mero apêndice do Código Civil. Sua aplicabilidade, portanto, estende-se a todo o direito, sendo universal, ressalvadas as normas específicas de cada ramo autônomo”*.
- Ela não se limita ao Direito Civil. Abrange todo o ordenamento jurídico e funciona como uma espécie de “norma sobre normas”. É um verdadeiro “código de normas”, “norma de sobredireito”, “sobrenorma”, “norma de sobredireito” ou *lex legum*.

## MEMORIZE

- A LINDB é um **diploma autônomo** e **não integra o Código Civil**, apesar de os livros e cursos de Direito Civil (Parte Geral) tratarem da LINDB.
- Sua aplicação vai muito além do Direito Civil, abrangendo todo o ordenamento jurídico brasileiro, ressalvadas as normas específicas de cada ramo do Direito.
- Diferentemente das outras normas, cujo objeto é o comportamento humano, a LINDB se dedica à análise da própria norma. É por isso que muitos a denominam de “código de normas”, “norma de sobredireito”, “sobrenorma”, “norma de sobredireito” ou *lex legum*.
- Trata-se de um verdadeiro postulado normativo, uma verdadeira norma de aplicação.

Base: Manual de Direito Civil, Luciano e Roberto Figueiredo, Manuais Dizer o Direito (2023)

## ESTRUTURA DA LINDB

Art. 1º e 2º	VIGÊNCIA DAS NORMAS
Art. 3º	OBRIGATORIEDADE DAS LEIS
Art. 4º	INTEGRAÇÃO DA NORMA
Art. 5º	INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS
Art. 6º	APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO
Arts. 7º ao 19	<b>APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO (DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO)</b> Esses dispositivos não interessam tanto ao estudo do Direito Civil, pois são mais relacionados ao Direito Internacional Privado. Aconselhamos o estudo literal dos artigos 7º a 19 da LINDB.
Arts. 20 a 30	<b>NORMAS SOBRE SEGURANÇA JURÍDICA E EFICIÊNCIA NA CRIAÇÃO E NA APLICAÇÃO DO DIREITO PÚBLICO</b> (acrescentados pela Lei nº 13.655/2018).

## MOMENTO EM QUE A LEI NASCE

PROMULGAÇÃO	<b>PROMULGAÇÃO:</b> É o ato formal e solene que atesta a existência e a validade da lei. É a “certidão de nascimento da lei”.  [CESPE / INSS-2008] As leis, em sentido amplo, nascem com a promulgação. <b>[CERTO]</b>	
	ATENÇÃO	Parcela da doutrina considera que a lei nasce no último ato do processo de sua elaboração, isto é, com a sanção do Chefe do Executivo, ou com a derrubada do veto pela Casa Legislativa. Em concursos, contudo, tem prevalecido que a lei nasce com a promulgação.

Base: PDF Gran Cursos, Professor Carlos Elias (2024)

PUBLICAÇÃO	É o ato oficial que torna pública a lei (publicação oficial), para que a sociedade tome ciência do seu conteúdo. Salvo disposição em contrário, a lei torna-se obrigatória após 45 dias de sua publicação oficial (art. 1º, LINDB).
------------	---

## VALIDADE x VIGÊNCIA x VIGOR x EFICÁCIA x EFETIVIDADE

VALIDADE	<p>A norma é válida quando respeitou os requisitos formais e materiais de sua produção (competência para a elaboração da Lei, tramitação pelo devido processo legislativo etc.). Ou seja, para ter validade, a lei precisa ser compatível formal (procedimento) e materialmente (conteúdo) com a própria Constituição Federal.</p> <p>Importante: lembrar do <i>princípio da presunção de constitucionalidade das leis</i>: presume-se que a lei é válida (constitucional), até que seja declarada sua inconstitucionalidade.</p>
VIGÊNCIA	É um atributo relacionado ao <u>aspecto temporal</u> . É o “tempo de vida da lei”, que vai do momento em que ela entra em vigor até o momento em que é revogada, ou em que se esgota o prazo de sua duração (leis temporárias). Ex.: a <b>vigência</b> do CPC/73 foi da sua entrada em vigor (1º.01.1974, art. 1.220) até a sua revogação, (18.03.16).
VIGOR	É a força vinculante que uma lei vigente possui (é a força obrigatória da lei). Enquanto a vigência se relaciona ao aspecto temporal, o vigor se refere à força obrigatória da lei.

ATENÇÃO	
VIGÊNCIA	VIGOR
Aspecto temporal	Força obrigatória da lei
<p>O fenômeno da extra-atividade da lei está diretamente relacionado à vigência ou ao vigor da lei. A extra-atividade, por exemplo, é quando uma lei já revogada permanece produzindo efeitos jurídicos no futuro. Ou seja, a lei já foi revogada (não tem vigência), mas, como ainda produz efeitos, possui vigor (força obrigatória).</p> <p>Exemplo: o Código Civil/16 (CC/16) já foi revogado, mas continua aplicável a contratos celebrados durante a sua vigência.</p> <p><b>(CEBRASPE/TJ-PB/JUIZ/2016)</b> Em razão da denominada ultratividade da norma, mesmo revogado, o Código Civil de 1916 tem aplicação às sucessões abertas durante a sua vigência, ainda que o inventário tenha sido proposto após o advento do Código Civil de 2002. <a href="#">[CERTO]</a></p>	
EFICÁCIA	Consiste na capacidade, na aptidão de a norma jurídica produzir efeitos.
	<p><b>SOCIAL</b></p> <p>Prevalece que uma norma é socialmente eficaz quando as pessoas a cumprem espontaneamente. Exemplo: usar cinto de segurança (hoje em dia, a maioria das pessoas usam).</p> <p><b>ATENÇÃO:</b> Há quem afirma que a eficácia social se relaciona à possibilidade de uma norma ser cumprida. Exemplo: uma lei que impeça as pessoas de beber água para sempre não possui eficácia social, pois não há possibilidade de ser cumprida.</p>
	<p><b>JURÍDICA</b></p> <p>É a possibilidade de a norma começar a produzir efeitos jurídicos. Toda norma possui eficácia jurídica, o que varia é o grau dela.</p> <p>Exemplo: uma norma de eficácia plena tem a possibilidade de produzir todos os seus efeitos jurídicos imediatamente.</p> <p>Já uma norma de eficácia limitada não tem essa capacidade (precisa de norma regulamentadora). Ainda assim, ela possui eficácia jurídica mínima, o que se verifica, por exemplo, na capacidade de revogar a legislação anterior que seja com ela incompatível.</p>
	<p><b>TÉCNICA</b></p> <p>Relaciona-se à presença de condições técnicas para começar a produzir todos os seus efeitos jurídicos.</p> <p>Exemplo: norma de eficácia limitada não possui eficácia técnica, pois depende de norma regulamentadora.</p> <p>Normas de eficácia plena e contida possuem eficácia técnica, pois podem produzir todos os seus efeitos desde a sua vigência.</p>
EFETIVIDADE	Refere-se à aplicação prática da lei e à sua capacidade de alcançar os resultados pretendidos pelo legislador. Uma lei é efetiva quando os objetivos para os quais foi criada são alcançados na prática.

CARACTERÍSTICAS DA LEI	
<b>FORMA ESCRITA</b>	A lei é formulada num texto escrito, dividido em artigos, parágrafos e incisos e, muitas vezes, em capítulos, títulos, seções etc.
<b>GENERALIDADE</b>	<p>A lei é uma norma geral, com eficácia <i>erga omnes</i> (destina-se a todos aqueles que serão por ela regulados).</p> <p>O fato de uma lei se aplicar apenas a determinado grupo/categoria de pessoas não retira a sua generalidade, pois qualquer integrante do grupo/categoria, que se enquadre no comando abstrato da norma, será por ela regido.</p> <p>Exemplo: A Lei 8.112/90 se aplica apenas aos servidores públicos federais. Ainda assim, é uma norma dotada de generalidade.</p>
<b>ABSTRAÇÃO</b>	<p>A lei aplica-se abstratamente a todas as situações cotidianas que se enquadrem no seu conceito.</p> <p>Exemplo: Crime de homicídio (Art. 121, CP). Em regra, qualquer pessoa que pratique a conduta prevista no art. 121 responderá pela infração penal.</p>
<b>COMPETÊNCIA</b>	A lei deve emanar de autoridade competente.
<b>IMPERATIVIDADE</b>	A lei impõe deveres e condutas às pessoas.
<b>PERMANÊNCIA</b>	A lei perdura até ser revogada por outra lei, ou até perder sua eficácia jurídica (leis temporárias).
<b>AUTORIZANTE</b>	A lei autoriza ou não a conduta das pessoas.
<b>OBRIGATORIEDADE</b>	Conforme art. 3º da LINDB, é obrigatório respeitar as leis. Ninguém pode deixar de cumpri-la, sob a alegação de que não conhecia sua existência. Entretanto, <u>em casos específicos</u> , admite-se o erro de direito. O assunto será mais bem tratado em tabela abaixo do art. 3º da LINDB.



**DERROTABILIDADE ou DEFEASIBILITY**

- O expoente dessa teoria é o jurfilósofo britânico **Herbert L. A. Hart**.
- Quando se elabora uma lei, o legislador estabelece as hipóteses em que ela deve incidir e, sendo o caso, prevê algumas exceções. Entretanto, em razão do dinamismo da sociedade e da infinidade de situações que podem ocorrer no dia a dia, o legislador não consegue prever, na própria lei, todas as exceções à sua incidência.
- **A teoria da derrotabilidade** preconiza que, ao se deparar com um caso concreto específico, em que a lei teoricamente deveria incidir, pode o operador do Direito afastar sua aplicação, a fim de se evitar uma situação de flagrante injustiça.
- A derrotabilidade incide sobre os textos normativos e não sobre as normas jurídicas, exatamente porque o texto normativo não contém imediatamente e integralmente a norma, não se confundindo com ela. A norma é o resultado da interpretação do texto, diante do caso concreto.
- **A derrotabilidade não acarreta a revogação da lei.** Apesar de não incidir num determinado caso específico, ela continuará aplicável às demais situações previstas na sua hipótese de incidência.

**EXEMPLO**

Do ponto de vista jurisprudencial, o STF ainda **não utilizou expressamente** o termo “derrotabilidade”. Contudo, em algumas decisões, é possível inferir a utilização de tal teoria:

- **Decisão do STF na ADI 1946**, que afastou o teto do RGPS sobre o salário-maternidade. Normalmente, o teto do Regime Geral da Previdência incidiria sobre todos os beneficiários da Previdência Social, inclusive sobre o salário-maternidade. O STF, contudo, aplicando a teoria da derrotabilidade, afastou a incidência do teto nesse caso.
- **Decisão do STF sobre a possibilidade do aborto de feto anencéfalo.** Ora, o aborto é crime e essa norma permanece vigente, plenamente aplicável (artigos 124 e seguintes do CP). Contudo, sua aplicação foi afastada no tocante ao aborto de fetos anencéfalos, justamente porque se trata de um caso específico, exceção à incidência da norma, sob pena de se gerar uma verdadeira injustiça.

**REQUISITOS DA DERROTABILIDADE**

HUMBERTO ÁVILA propõe alguns requisitos a serem observados, destacando-se:

<b>REQUISITOS MATERIAIS</b> (ou de conteúdo):	A superação da regra pelo caso individual não pode prejudicar a concretização dos valores inerentes à regra.
<b>REQUISITOS PROCEDIMENTAIS</b> (ou de forma):	<p>Para a superação de uma regra, é preciso:</p> <p>a) apontar a discrepância entre aquilo que a hipótese da regra estabelece e o que sua finalidade exige (<i>justificativa fática condizente</i>);</p> <p>b) exteriorizar as razões jurídicas que ensejam a superação da regra (<i>fundamentação condizente</i>);</p> <p>c) comprovar adequadamente a situação prática, uma vez que a mera alegação não pode ser suficiente para a superação de uma regra (<i>comprovação condizente</i>).</p>

**[FUNDATEC-2021] [ADVOGADO – GHC/RS]** Ao abordar a derrotabilidade das normas, parcela da doutrina propõe como requisito material que a superação da regra pelo caso individual não prejudique a concretização dos valores inerentes à regra; e, como requisitos formais, que a superação deve ter uma justificativa condizente, uma fundamentação condizente e uma comprovação condizente. [\[CERTO\]](#)



**QUESTÕES RELEVANTES SOBRE DERROTABILIDADE**

**[CEBRASPE-2016] [TER/PI – ANALISTA JUDICIÁRIO]** Acerca do direito constitucional, assinale a opção correta.

A derrotabilidade de uma norma constitucional ocorrerá caso uma norma jurídica deixe de ser aplicada em determinado caso concreto, permanecendo, contudo, no ordenamento jurídico para regular outras relações jurídicas. **[CERTO]**

**[QUADRIX-2021] [CFT-ADVOGADO JÚNIOR]** Acerca da tese da derrotabilidade (*defeasibility*) das regras, julgue os itens.

- A derrotabilidade, precisamente por afastar a incidência de uma regra, exige ônus argumentativo mais gravoso na fundamentação das decisões. **[CERTO]**
- Ainda que a doutrina de Dworkin seja rechaçada pela premissa de que regras podem ser “derrotadas” em sua aplicação, a tese da derrotabilidade acaba, em alguma medida, invocando aquele autor ao estabelecer como condição para a sua incidência a manutenção da coerência do sistema. **[CERTO]**
- A ideia de derrotabilidade das regras supera a ideia de “tudo ou nada” e assimila, a exemplo dos princípios, a possibilidade de gradação em sua aplicação. **[CERTO]**
- Ainda que a doutrina de Dworkin seja rechaçada pela premissa de que regras podem ser “derrotadas” em sua aplicação, a tese da derrotabilidade acaba, em alguma medida, invocando aquele autor ao estabelecer como condição para a sua incidência a manutenção da coerência do sistema. **[CERTO]**
- Ainda que se admita que a derrotabilidade possa redundar em insegurança jurídica grave, o racional da tese prevê que maior insegurança é gerada pela aplicação indiscriminada de uma regra cuja essência não regule, de modo adequado, o caso concreto. **[ERRADO]** [A derrotabilidade não redundar em insegurança jurídica, mas sim contribui para evitá-la].

**[CEBRASPE-2017] [PROCURADOR MUNICIPAL BH/MG]** De acordo com a doutrina, derrotabilidade das regras refere-se ao ato de se retirar determinada norma do ordenamento jurídico, declarando-a inconstitucional, em razão das peculiaridades do caso concreto. **[ERRADO]**

Fonte: Questões do site QC CONCURSOS.

⚡ Art. 1º **Salvo disposição contrária**, a lei começa a vigorar em todo o país **45 dias** depois de oficialmente publicada. [*Princípio da vigência sincrônica*]

§ 1º **Nos Estados estrangeiros**, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia **3 meses** depois de oficialmente publicada.

§ 2º (Revogado pela Lei nº 12.036, de 2009)

#### PRINCÍPIO DA VIGÊNCIA SINCRÔNICA

Também chamado de sistema da obrigatoriedade simultânea, significa que a lei entra em vigor, na mesma data, em todo o território nacional.

Desse modo, está ultrapassado o vetusto (obsoleto) princípio de que a norma se tornava obrigatória de forma sucessiva no tempo, a depender da proximidade com a capital do País.

<b>ATENÇÃO</b>	<p>Uma mesma norma pode autodeclarar prazos diversos de <i>vacatio legis</i>? Sim.</p> <p>Exemplo:</p> <p><b>(Lei 13.019/14, Art. 88)</b> Esta Lei entra em vigor após decorridos 540 dias de sua publicação oficial, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo.</p> <p>§ 1º Para os Municípios, esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017.</p> <p>§ 2º Por ato administrativo local, o disposto nesta Lei poderá ser implantado nos Municípios a partir da data decorrente do disposto no <i>caput</i>.</p>
----------------	---

#### VACATIO LEGIS

É o lapso temporal entre a publicação da norma e o início de sua vigência (e consequente início do vigor). Noutras palavras, a norma já existe, é válida, mas, no período de *vacatio legis*, ainda não pode ser aplicada.

- **Em território nacional:** a regra geral de vacância é **45 dias**. Exceção: outro prazo específico previsto na lei.
- **Estados estrangeiros:** **3 meses** (não é 90 dias), depois de oficialmente publicada, desde que a lei brasileira possa ser aplicada no estrangeiro.

<b>ATENÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Uma mesma norma pode autodeclarar prazos diversos de <i>vacatio legis</i>? Sim! Por exemplo, a Lei 13.019/14 (art. 88, §§1º e 2º).</li> <li>• Segundo o art. 8º da LC 95/98, a vigência da lei será indicada <u>de forma expressa</u> e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" <u>para as leis de pequena repercussão</u>.</li> <li>• Segundo o art. 3º da LC 95/98, uma lei é estruturada em três partes básicas: parte preliminar, parte normativa e parte final. A cláusula de vigência fica <u>na parte final</u> da lei.</li> <li>• Segundo o art. 8º, § 2, da LC 95/98, as leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula 'esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial'.</li> <li>• A <i>vacatio legis</i> não se aplica às normas infralegais, pois estas não são leis, mas sim atos administrativos (com conteúdo normativo).</li> </ul> <p>Exemplo: decretos editados pelo Presidente da República para regulamentar lei, portarias etc. Nesses casos, aplicam-se as normas de Direito Administrativo.</p>
----------------	---

**CONTAGEM DO PRAZO DA VACATIO LEGIS**

A forma de contagem do prazo de *vacatio legis* está explicada na LC 95/98, e é importante para concursos:

Art. 8º, §1º. A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

A contagem do prazo é contínua e não se interrompe. Noutras palavras, a norma entra em vigor mesmo se for feriado ou não houver expediente forense.

**EXEMPLO**

**Lei publicada no dia 10.06.2019, com *vacatio legis* de 5 dias:**

Computam-se os dias 10.06, 11.06, 12.06, 13.06, 14.06. A consumação ocorreu no dia 14.06, mas entrou em vigor no dia 15.06.2018.

**VACATIO CONSTITUTIONIS**

O art. 1º da LINDB (45 dias de *vacatio legis*) não se aplica à CF e às emendas constitucionais, pois uma lei ordinária (a LINDB) não vincula uma norma de hierarquia superior (a própria CF ou uma emenda constitucional). Dessa forma, em regra a CF ou uma emenda constitucional entram em vigor imediatamente, salvo expressa previsão em seus textos. A *vacatio constitutionis* é admitida no Brasil, **desde que** haja previsão expressa na CF ou na emenda constitucional.

Exemplo: A CF/88 entrou em vigor na data de sua promulgação (art. 1º, ADCT), exceto quanto ao Sistema Tributário Nacional, que observou uma *vacatio constitutionis* até o 1º dia do 5º mês seguinte à promulgação da CF (art. 34 da ADCT).

A Emenda Constitucional 132/24 (Reforma Tributária) previu expressamente período de vacância para diversos dispositivos seus.

**ATENÇÃO**

<b>VACATIO LEGIS</b>	<b>VACATIO CONSTITUTIONIS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Art. 1º da LINDB;</li> <li>• Em regra, uma lei só entra em vigor 45 dias após sua publicação, salvo disposição em contrário.</li> <li>• Aplica-se às leis, mas não se aplica à CF/88 e às Emendas Constitucionais (hierarquia superior à LINDB);</li> <li>• Não se aplica a atos infralegais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não há previsão legal;</li> <li>• Em regra, a Constituição e as emendas constitucionais entram em vigor na data de sua publicação, salvo disposição expressa em seus textos.</li> <li>• Aplica-se à Constituição e às emendas constitucionais.</li> <li>• Como nossa atual Constituição já foi promulgada em 1988.</li> </ul>

§ 3º Se, **antes de entrar a lei em vigor**, ocorrer **nova publicação** de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da **nova publicação**.

§ 4º As correções a texto de lei **já em vigor** consideram-se **lei nova**.

#### CORREÇÃO A TEXTO DE LEI

ANTES DE ENTRAR A LEI EM VIGOR	LEI JÁ EM VIGOR
O prazo de <i>vacatio legis</i> começa a correr da nova publicação.	Considera-se lei nova.

⚡ Art. 2º Não se destinando à vigência temporária, **a lei terá vigor** até que outra a **modifique** ou **revogue**. [*Princípio da continuidade das leis*]

#### ATENÇÃO

Em virtude do princípio da continuidade das leis, uma lei só pode ser revogada por outra lei. Em razão disso, prevalece que costumes não revogam lei. Ou seja, o ordenamento jurídico brasileiro não reconhece a prática do desuetudo.

§ 1º **A lei posterior revoga a anterior** quando **expressamente o declare**, quando **seja com ela incompatível** ou quando **regule inteiramente** a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2º A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais **a par das já existentes**, **não revoga** nem modifica a lei anterior.

#### REVOGAÇÃO DA LEI

##### QUANTO À ABRANGÊNCIA ou EXTENSÃO

<b>AB-ROGAÇÃO</b>	Revogação total da lei.
<b>DERROGAÇÃO</b>	É a revogação parcial da lei.

Tanto a ab-rogação quanto à derrogação podem ser classificadas, ainda, quanto à **forma ou modo** (tabela a seguir).

##### QUANTO À FORMA / MODO

<b>EXPRESSA</b> ou <b>DIRETA</b>	Quando a lei posterior expressamente declara a revogação da lei anterior.
<b>TÁCITA, INDIRETA</b> ou <b>OBLÍQUA</b>	A lei posterior não indica expressamente a revogação da lei anterior, mas é com ela incompatível, ou regula inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 3º **Salvo disposição em contrário**, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

## REPRISTINAÇÃO x EFEITO REPRISTINATÓRIO

## REPRISTINAÇÃO

A expressão repristinar significa restaurar, restabelecer. Na repristinação, uma norma já revogada renasce, em decorrência de previsão expressa num novo ato normativo. O Brasil não admite o instituto da repristinação tácita das normas. No Brasil, em regra, não se admite repristinação, salvo disposição expressa da nova lei.

## EXEMPLO

## Lei A (2010) x Lei B (2014) x Lei C (2018)

Suponha que, em 2014, a Lei B revogou a Lei A. Na sequência, a Lei C revogou a Lei B. Com a revogação da Lei B, a Lei A voltará automaticamente a vigor? Não, exceto se a Lei C expressamente prever sua repristinação. Isso é o que diz o § 3º da LINDB.

## EFEITO REPRISTINATÓRIO

É a reaquisição de vigor de uma norma aparentemente revogada, quando a lei revogadora é considerada inconstitucional. A melhor doutrina aponta duas hipóteses:

REPRISTINAÇÃO  
OBLÍQUA /  
INDIRETA

A hipótese mais conhecida de efeito repristinatório (repristinação oblíqua) é a decorrente da decisão do STF em ADI (medida cautelar ou decisão final).

## EXEMPLO

A Lei B revogou a Lei A. Ocorre que a Lei B foi declarada inconstitucional pelo STF. Nesse caso, é como se a Lei B nunca tivesse revogado a Lei A (teoria da nulidade), logo a Lei A retoma sua vigência.

Diz-se que, nesse caso, não ocorre a repristinação propriamente dita, mas sim efeito repristinatório.

REPRODUÇÃO  
DE TEXTO  
NORMATIVO  
POR NOVA LEI

## EXEMPLO

A Lei A foi revogada pela Lei B. Posteriormente, a Lei C revoga a Lei B, sem declarar expressamente a repristinação da Lei A. Ocorre que a Lei C reproduz, em seu conteúdo, os mesmos dispositivos da Lei A.

Repare que não ocorre a repristinação propriamente dita, mas sim o efeito repristinatório.

Base: Manual de Direito Civil, Luciano e Roberto Figueiredo, págs. 51 e 52, Coleção Dizer o Direito (2023)

⚡ Art. 3º **Ninguém** se escusa de **cumprir a lei**, alegando que não a conhece. *[Princípio da obrigatoriedade das leis]*

**PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DAS LEIS** (*ignorantia legis neminem excusat*)

Três teorias diferentes justificam o princípio em questão:

**PRESUNÇÃO LEGAL ou  
FICÇÃO LEGAL:**

Há a presunção legal de que a lei é conhecida por todos.

**FICÇÃO JURÍDICA ou  
PRESUNÇÃO ABSOLUTA:**

Em virtude de uma ficção jurídica, considera-se que a lei é conhecida por todos.

**NECESSIDADE SOCIAL:**

Maria Helena Diniz afirma que “as normas devem ser conhecidas para que melhor sejam observadas”. Assim, por razões de necessidade social, existe a presunção de que todos conhecem a lei.

A lei é tida como obrigatória por razões de interesse público, para garantir a eficácia global do ordenamento jurídico. **Essa é a teoria que prevalece no Brasil.**

**ATENÇÃO:** A presunção de conhecimento das leis não é absoluta (*jure et jure*), mas sim relativa (*juris tantum*). Desse modo, o próprio ordenamento jurídico prevê hipóteses excepcionais de alegação de erro de direito. Exemplos:

• **No Direito Penal:**

- a) Art. 8º da Lei de Contravenção Penal e
- b) Art. 65, II, do Código Penal.

• **No Direito Civil:**

- a) Casamento putativo (Art. 1.561, CC/02);
- b) Erro de direito como forma de anulabilidade do negócio jurídico (Art. 139, II, CC/02).

[...]

 @coordenalegis

 [www.coordenalegis.com.br](http://www.coordenalegis.com.br)

# MATERIAL DEMONSTRATIVO

Conheça todas as legislações já  
disponíveis:

[www.coordenalegis.com.br](http://www.coordenalegis.com.br)